

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DO FORO**

..... (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da cédula de identidade RG nº, inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado na (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade CEP, UF), por seu Advogado infra-assinado conforme instrumento mandatário em anexo (doc. ...), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

em face de (nome completo),(nacionalidade),(estado civil),(profissão), portador da cédula de identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado na(endereço completo: rua [av.]....., nº....., complemento....., bairro, cidade....., CEP....., UF.....) e que deverá seguir o rito sumário, pelos motivos de fato e fundamentos abaixo expor:

DOS FATOS

1. O Requerente, por escritura de promessa de compra e venda, lavrada no Cartório do Ofício, livro fls., na data de(dia, mês e ano), devidamente inscrita no Registro Geral de Imóveis do Ofício, sob nº, livro, fls., (doc.), contratou em caráter irrevogável e irrevogável a compra do imóvel consistente em (descrever o imóvel com a localização: rua, nº, complemento, bairro, CEP, cidade, UF, medidas, confrontações e área total) pelo preço certo e ajustado de R\$ (valor por extenso) que foram pagos da seguinte forma:

.....(descrever a forma do pagamento)

2. Conforme provam os documentos anexos, o Requerente cumpriu sua parte na obrigação, pagando o total do preço acertado e não conseguiu, pelos meios amigáveis, que o Requerido lhe outorgasse a competente escritura definitiva de compra e venda a que tem direito.

Diante da negativa do Requerido, o Requerente notificou-o por intermédio de cartório de títulos e documentos, conforme documento em anexo (doc. ...) para que outorgasse a escritura em (por extenso) dias, sob pena de ficar constituído em mora e sujeitar-se a processo judicial, como está ocorrendo, por não ter atendido à notificação.

Por essa razão, propõe a presente ação para assim obtê-la.

DO DIREITO

O direito do requerente está consubstanciado nos artigos 15 e 16 do Decreto-lei nº 58, de 1937, devendo ser no presente caso adjudicado o bem imóvel adquirido.

DO PEDIDO

Em face do exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a citação do Requerido para comparecer em audiência a ser designada oportunamente e nela apresente a defesa, se quiser e se tiver, sob pena de ser-lhe aplicado os efeitos da revelia, devendo a presente ação ser julgada **PROCEDENTE**, na qual se requer a adjudicação por sentença do imóvel descrito a qual servirá de título para a transcrição, condenando o Requerido nas custas e honorários de advogado.

Para os efeitos legais, atribui-se à presente o valor de R\$ (valor por extenso).

Termos em que,
Pede e Espera Deferimento.

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome).....
OAB/..... nº

